

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA
28 DE FEVEREIRO DE 2025



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

☎ (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Relatório da Administração – 2024

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destaque Operacionais e Financeiros – 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de **7,0%** no tráfego no exercício de 2024, com **36,4 milhões de veículos equivalentes**. O mix de veículos equivalentes foi de **74,6%** do tráfego representado por veículos pesados e **25,4%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 288,1 milhões** no exercício de 2024, com crescimento de **17,6%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 181,4 milhões** no exercício de 2024, acréscimo de **12,5%**, com margem de **68,6%**.

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	9.515	8.883	7,1%	36.402	34.026	7,0%
Leves	2.430	2.293	6,0%	9.231	8.881	3,9%
Pesados	7.085	6.590	7,5%	27.171	25.145	8,1%

A Planalto Sul registrou 36,4 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 7,0% em comparação ao exercício de 2023. O mix de veículos foi de 74,6% para os pesados e 25,4% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 9,5 milhões de veículos equivalentes (+7,1%) no 4T24. O tráfego de veículos leves foi impulsionado por férias escolares, feriados prolongados e festividades de fim de ano, mas o crescimento foi parcialmente impactado pelas chuvas desde abril. No segmento de veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024, a atividade da Klabin na região e recordes na exportação de café no Paraná e de carne suína em Santa Catarina contribuíram positivamente.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	7,96	7,33	8,6%	7,92	7,20	9,9%

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R\$ 7,92, um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a tarifa média alcançou R\$ 7,96, representando um crescimento de 8,6% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	101.199	80.191	26,2%	407.687	308.845	32,0%
Receitas de pedágio	75.717	65.074	16,4%	288.149	244.998	17,6%
Receitas de Construção	25.182	14.810	70,0%	118.203	62.616	88,8%
Outras Receitas	300	307	2,3%	1.335	1.231	8,4%
Deduções	(6.645)	(5.680)	17,0%	(25.152)	(21.360)	17,8%
Receita Operacional Líquida	94.554	74.511	26,9%	382.535	287.485	33,1%
Receita Líquida Ajustada¹	69.372	59.701	16,2%	264.332	224.869	17,5%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 288,1 milhões, representando um crescimento de 32,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 101,2 milhões, um aumento de 26,2% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 118,2 milhões no exercício de 2024, um aumento de 88,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 25,2 milhões, aumento de 70,0% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R\$ 1,3 milhões no exercício de 2024, com um aumento de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R\$ 0,300 milhões, refletindo uma variação negativa de 2,3% em comparação ao 4T23.

Custos e Despesas

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(20.825)	(19.511)	6,7%	(72.086)	(63.673)	13,2%
Pessoal	(7.836)	(6.675)	17,4%	(22.134)	(24.986)	(11,4%)
Conservação	(2.404)	(2.304)	4,3%	(9.610)	(9.202)	4,4%
Serviços de terceiros	(5.048)	(4.811)	4,9%	(19.346)	(18.359)	5,4%
Seguros e garantias	(568)	(549)	3,5%	(2.250)	(2.070)	8,7%
Verba de fiscalização	(1.172)	(1.119)	4,7%	(4.665)	(4.456)	4,7%
Outros	(3.797)	(4.053)	(6,3%)	(14.081)	(4.600)	206,1%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(64.799)	(50.784)	27,6%	(275.310)	(216.167)	27,4%
Custo dos serviços de construção	–	–	–	–	–	0,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(25.182)	(14.810)	70,0%	(118.203)	(62.616)	88,8%
Depreciação e Amortização	(5.842)	(5.611)	4,1%	(26.653)	(35.341)	(24,6%)
Custos e Despesas Operacionais	(85.624)	(70.295)	21,8%	(347.396)	(279.840)	24,1%

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 347,4 milhões no exercício de 2024, aumento de 24,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 72,1 milhões, aumento de 13,2% em comparação ao período anterior.

Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 85,6 milhões no 4T24, aumento de 21,8% em relação ao 4T23. Desconsiderando o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 20,8 milhões, aumento de 6,7% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(85.524)	(22.360)	282,5%	(130.423)	(56.987)	128,9%
(+) Depreciação e Amortização	33.775	30.363	11,2%	130.454	118.210	10,4%
(+) Resultado Financeiro	22.065	17.501	26,1%	82.300	73.377	12,2%
(+) IR e CSSL	72.389	9.075	697,7%	72.389	8.745	(927,8%)
EBITDA¹	42.705	34.579	23,5%	154.720	125.855	22,9%
Margem EBITDA²	61,6%	57,9%	3,6 p.p.	58,5%	56,0%	2,6 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	5.842	5.611	4,1%	26.653	35.341	(24,6%)
EBITDA Ajustado³	48.547	40.190	20,8%	181.373	161.196	12,5%
Margem EBITDA Ajustada⁴	70,0%	67,3%	2,7 p.p.	68,6%	71,7%	(3,1 p.p.)

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou valor de R\$ 154,7 milhões, com variação de +22,9% e margem de 58,5%. No 4T24, o EBITDA foi de R\$ 42,7 milhões, apresentando uma variação de +23,5% em relação ao 4T23.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 181,4 milhões no exercício de 2024, com crescimento de +12,5% e margem ajustada de 68,6%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 48,6 milhões, registrando uma variação positiva de +20,8%. O crescimento do EBITDA e do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

Depreciação e Amortização

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	33.775	30.363	11,2%	130.454	118.210	10,4%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no exercício de 2024, o valor de R\$ 130,5 milhões, um aumento de 10,4% em relação ao exercício de 2023. No comparativo trimestral, o valor contabilizado foi de R\$ 33,8 milhões, aumento percentual de 11,2% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	(22.065)	(17.501)	26,1%	(82.300)	(73.377)	12,2%
Receitas financeiras	6.690	1.820	267,6%	25.059	6.550	282,6%
Despesas financeiras	(28.750)	(19.318)	48,8%	(107.350)	(79.924)	34,3%
Variação cambial, liq.	(5)	(3)	66,7%	(9)	(3)	200,0%

O resultado financeiro contabilizado pela Planalto Sul foi de uma despesa financeira de R\$ 82,3 milhões no exercício de2024, um aumento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2023. Referente ao 4T24, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R\$ 22,1 milhões.

IR e CSSL

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.389)	(9.075)	697,7%	(72.389)	8.745	(927,8%)
Corrente	–	–	0,0%	–	–	0,0%
Diferido	(72.389)	(9.075)	697,7%	(72.389)	8.745	(927,8%)

No exercício de 2024, a Companhia contabilizou um valor negativo de R\$ 72,4 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, uma redução de 927,8% em relação a 2023.

Resultado Líquido

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	(85.524)	(22.360)	282,5%	(130.423)	(56.987)	128,9%

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no exercício de 2024 foi de R\$ 130,4 milhões, aumento de 128,9% comparado ao exercício de 2023. Esse aumento decorre, predominantemente, do aumento do tráfego pedagiado, reajustes de tarifas anuais, e, consequentemente, aumento da receita operacional.

O resultado apresentado no trimestre teve um aumento de 282,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

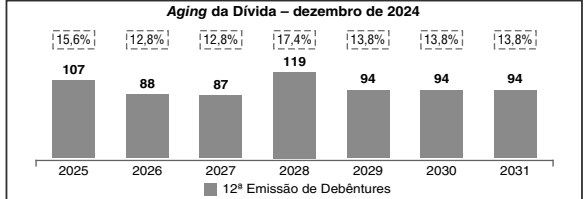
Endividamento

R\$ mil	4T24	3T24	Δ%
Dívida Bruta	671.188	649.295	3,4%
Curto Prazo	104.456	87.960	18,8%
Longo Prazo	566.732	561.335	1,0%
Posição de Caixa	261.992	249.783	4,9%
Caixa e equivalentes de caixa	240.201	244.549	(1,8%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	21.791	5.234	316,3%
Dívida Líquida	409.196	399.512	2,4%

1: Curto e Longo Prazo

No 4T24, a dívida bruta da Planalto Sul totalizou R\$ 671,2 milhões, uma variação de 3,4% em relação ao valor registrado no 3T24. Vale ressaltar que 100% das amortizações da dívida se concentram no longo prazo, a partir do reperfilamento da dívida da Companhia que ocorreu no 1T24 (12ª Emissão de Debêntures).

A dívida líquida da Companhia finalizou o 4T24 em um montante de R\$ 409,2 milhões, um crescimento de 2,4% em relação ao trimestre anterior. No exercício de 2024, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 12ª Emissão de Debêntures.



Investimentos Realizados

R\$ Mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Investimentos	39.702	20.516	93,5%	159.898	94.871	68,5%

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 159,9 milhões, um aumento de 68,5% em relação ao mesmo período de 2023. No 4T24, os investimentos totalizaram R\$ 39,7 milhões, aumento de 93,5% em comparação ao 4T23. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período.

Durante o exercício de 2024, a concessionária realizou melhorias na rodovia como a implantação da faixa adicional entre o km 95+800 ao 96+900BR116/SC e deu início às obras de faixa adicional na Serra do Espigão do km 102+700 ao 107+600 da BR-116/SC. Além disto, foi concluída a recuperação de 5 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC).

Previsão de Investimentos Futuros

Previsão de Investimentos	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	807.256
Recuperações/Manutenções	236.684
Total	1.043.940

*Base Monetária: dezembro/2024

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris, norteando as decisões da Alta Liderança, que sempre considera os impactos reais e potenciais nos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) relacionados às suas operações. Nesse contexto, a gestão sustentável dos negócios reflete o compromisso da empresa com um comportamento ético e íntegro, respeitando não apenas os recursos naturais e a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, mas também as pessoas envolvidas nesse processo.

Para alcançar esses objetivos, promovemos a diversidade e a inclusão, além de garantir a segurança viária, do trabalho e no ambiente cibernético, tanto para colaboradores quanto para usuários, sempre com base na ética e transparência. Esses compromissos são incentivados e disseminados em todas as unidades da empresa e em toda a cadeia de valor, estando alinhados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tanto internamente quanto externamente, as iniciativas, metas e indicadores sustentáveis da Arteris estão fundamentados na sua Agenda ESG, estruturada em três eixos estratégicos interligados e complementares: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, e Governança, Transparência e Accountability. Essa Agenda está alinhada à estratégia dos acionistas e conta com um Comitê Específico, conforme a governança da companhia.

A conclusão do triênio 2022-2024 da Agenda ESG apresenta importantes avanços e conquistas de metas, consolidando a trajetória da Arteris rumo a uma atuação cada vez mais sustentável no setor de infraestrutura rodoviária. Abaixo, destacamos alguns dos nossos principais resultados em 2024:

A descarbonização foi a principal prioridade, com avanços significativos em estudos e projetos-piloto para a proteção da atmosfera e a implementação do nosso Plano de Descarbonização, que inclui estudos de alternativas para a redução das emissões, em especial o fomento ao consumo de combustíveis renováveis na frota de veículos leves da companhia e a implantação a operação de um guincho 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias.

Temos investido na eficiência energética por meio da junção de diversos projetos que geram economia de energia e de custos: a consolidação das 25 mil lâmpadas de LED instaladas; a continuidade da instalação de painéis solares em localidades estratégicas, totalizando 20% do consumo total de energia elétrica por meio de fontes renováveis próprias; além da migração de unidades para o Mercado Livre de Energia e a certificação da empresa como consumidora de 100% de energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir da aquisição de certificados IRECs.

Fomos reconhecidos com o Prêmio ANTT Destaque 2024, na categoria Gestão de Riscos Climáticos, pela Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes da Arteris Planalto Sul. Esta solução inovadora antecipa riscos climáticos e deslizamentos, garantindo maior segurança para os usuários e proteção ao meio ambiente. Em relação à conservação da biodiversidade, a Arteris já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reflorestados, desde o início de suas operações. O plantio foi realizado como compensação ambiental pelas obras e intervenções realizadas, sendo planejado para maximizar os benefícios aos serviços ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos rios e a criação de corredores ecológicos para a fauna silvestre. A Arteris Régis Bittencourt conquistou a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), unindo-se às concessões da Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, que também revalidaram a certificação. Este processo garante que nosso sistema de gestão ambiental atenda às normas vigentes e reflete nossa maturidade no tema, além de ser um importante instrumento de transparência para nossos stakeholders.

No campo da segurança viária, a Arteris se comprometeu com a 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU, com a meta de reduzir em 50% as fatalidades no trânsito entre 2011 e 2030. Na primeira década, superamos a meta com uma redução de 51% e renovamos nosso compromisso até 2030. Apesar do aumento no

número de fatalidades nos últimos anos, observamos a redução do indicador IF3, que mede a taxa de fatalidade por veículo, refletindo a correlação entre o aumento do tráfego e o risco de acidentes. Isso demonstra que nossas ações têm gerado resultados positivos, embora fatores como o comportamento humano e mudanças na legislação também influenciem os números. Neste sentido a companhia está sempre buscando por iniciativas estratégicas voltadas a pontos críticos em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e mortes. A construção das três Áreas de Escape de emergência é apenas um exemplo disso: os dispositivos previnem acidentes graves e, desde a sua implementação, mais de 1.200 vidas já foram salvas. Com relação a nossa força de trabalho e o indicador de Segurança do Trabalho, temos o destaque do sucesso do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO) com aproximadamente 12.000 interações desde a sua implementação no ano anterior. Os principais resultados foram o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa culminando numa considerável redução de 41% das invasões de zonas de trabalho. Isso demonstra o olhar para a segurança do trabalho, seja com colaboradores internos ou terceirizados. Em governança, a Arteris manteve seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, prevenindo e detectando rapidamente atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos a recertificação ISO 37001 e o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU). Ao longo do ano, também atualizamos o Código de Conduta da Arteris, incorporando avanços em Inteligência Artificial e melhorias em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão. Nosso programa de Diversidade e Inclusão se expandiu, com diversas rodas de conversa e a participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas, além da publicação de duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial. Lançamos também a nossa Política de Direitos Humanos, reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade social, ética e transparência.

É importante lembrar que marcamos a história com a entrega do Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra de infraestrutura rodoviária brasileira e de Santa Catarina dos últimos anos. Este corredor expresso, que desvia o tráfego de longa distância da região metropolitana de Florianópolis, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, reduzindo o tempo de viagem, melhorando o fluxo de tráfego e aumentando a segurança viária. Nos primeiros dias de operação, observamos uma redução de 30,1% nos acidentes e 9,4% nas vítimas, reforçando o nosso compromisso com a preservação da vida.

Todas as atividades realizadas no Contorno Viário estiveram alinhadas às condicionantes ambientais, e a obra foi projetada para minimizar os impactos ao meio ambiente. Técnicas de engenharia como a redução do canteiro central, uso de muros de contenção, estratégias geotécnicas e túneis reduziram em cerca de 25 hectares a supressão de Mata Atlântica. Finalmente, a Arteris foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, com o selo “Lugares Incriveis para Trabalhar”, além de ser reconhecida nas categorias “Mais Incrível em ESG” e “Mais Incrível no setor de Serviços Públicos. Com esses avanços, podemos afirmar que 2024 foi um ano de importantes conquistas nos três eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. A sustentabilidade é uma jornada contínua, baseada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos executando nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões em que atuamos e em todo o Brasil.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2024, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Autopista Planalto Sul S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opiniões expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio Negro, 27 de fevereiro de 2025.

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A partir da zero hora do dia 19 de dezembro de 2024, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$7,90 para R\$8,40 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2024, o tráfego pedagiado totalizou 36,4 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 7,0% superior aos 34,0 milhões registrados em 2023. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 407,7 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 32,0% sobre 2023, quando totalizou R\$ 308,8 milhões.

Investimentos: Durante o ano de 2024, foram investidos R\$ 159,9 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 68,9 milhões realizados em 2023, perfazem o montante de R\$ 2.140,4 milhões realizados nos 17 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)	2024	2023	%
Ampliação da Rodovia	(110.107)	(22.773)	383%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(49.791)	(46.156)	08%
Total	(159.898)	(68.930)	132%

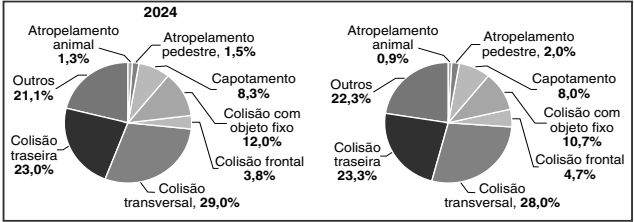
arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação do Relatório da Administração



C) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	5	2	7	1,70%
Guincho Leve	9	1	10	2,42%
Guincho Pesado	3	1	4	0,97%
Caminhão Pipa*	2	—	2	0,48%
Caminhão Munck	2	—	2	0,48%
AC – Ambulância Stand	9	2	11	2,67%
AD – Ambulância UTI	2	—	2	0,48%
Moto de inspeção	—	—	—	0,00%
Total de veículos operacionais	32	6	38	9,21%
Administração	1	—	1	0,24%
Tráfego	—	—	—	0,00%
Operação	7	—	7	1,70%
Arrecadação	—	—	—	0,00%
Segurança de trabalho	2	—	2	0,48%
Manutenção Tecnológica	6	—	6	1,45%
Obras e Conserva*	20	—	20	4,85%
Caminhonete ANTT	3	—	3	0,73%
Total de veículos de apoio	39	—	39	9,45%
Total de veículos	71	6	77	18,66%

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de Pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Tráfego		
Operador de Guincho	35	0,01
Inspetor de Tráfego	24	0,01
Operador de Guincho Pesado	15	0,00
Operador de Balanca	8	0,00
Operador de Pipa	7	0,00
Auxiliar de Balanca	24	0,01
Supervisor de Operacoes	4	0,00
Operador de Guincho Munck	9	0,00
Coordenador de Operacao	1	0,00
Operador Caminhao Boiadeiro	4	0,00
Assistente de Operações	1	0,00
Total Tráfego	132	0,04
Arrecadação		
Operador de Pedagio	94	0,03
Controlador de Pedagio I	20	0,01
Total Arrecadação	114	0,03
Demais áreas		
Analista Administrativo Jr	2	0,00
Analista de Manutencao PI	1	0,00
Analista de Manutencao Sr	1	0,00
Analista de Mobilidade Sr	1	0,00
Analista de Planejamento PI	1	0,00
Analista de Responsabilidade Social PI	1	0,00
Analista de Sistemas Jr	1	0,00
Analista Predial Sr	1	0,00
Assistente Tecnico I	3	0,00
Assistente Tecnico Ii	2	0,00
Assistente Tecnico Iii	2	0,00
Auxiliar de Topografia Ii	2	0,00
Coordenador de Pavimento	1	0,00
Engenheiro Civil Ii	3	0,00
Inspetor de Fiscalizacao Ii	1	0,00
Inspetor de Fiscalizacao Iii	6	0,00
Inspetor de Fiscalizacao Iv	2	0,00
Tecnico de Manutencao I	1	0,00
Tecnico de Manutencao Ii	2	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho PI	1	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho Sr	1	0,00
Tecnico de Sistemas Ii	1	0,00
Topografo	1	0,00
Total Demais áreas	38	0,01
Total Geral	284	0,08

D) Dados de Operação da Concessão

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ Mil)		
Receita	Em 2024	Acumulada
	407.687	4.355.594

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ Mil)		
Investimentos	Em 2024	Acumulada
	159.898	2.140.355

Custos Operacionais (em R\$ Mil)		
Custos Operacionais	Em 2024	Acumulada
	333.573	161.630

ISS Repassados (em R\$ Mil)		
ISS	Em 2024	Acumulada
	14.408	175.779

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – Fazenda Rio Grande-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P2 – Rio Negro-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P3 – Monte Castelo-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P4 – Santa Cecília-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P5 – Correia Pinto-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95

Concessionária em Números		
Dados anuais e por empresa		KM
Quiômetros de rodovia		412,7
Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	8.932.621	57,9%
CAT-02	1.104.322	7,2%
CAT-03	72.303	0,5%
CAT-04	1.180.992	7,7%
CAT-05	16.992	0,1%
CAT-06	936.654	6,1%
CAT-07	660.113	4,3%
CAT-08	2.197.830	14,3%
CAT-09	312.574	2,0%
TOTAL	15.414.401	100,0%

Número de praças de pedágios		Nome das praças de Pedágio
P1		Fazenda Rio Grande-PR
P2		Rio Negro-PR

Número de praças de pedágios		Nome das praças de Pedágio
P3		Monte Castelo-SC
P4		Santa Cecília-SC
P5		Correia Pinto-SC

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – Fazenda Rio Grande-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P2 – Rio Negro-PR	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P3 – Monte Castelo-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P4 – Santa Cecília-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95
P5 – Correia Pinto-SC	Bidirecional	7,9	15,8	11,85	23,7	15,8	31,6	39,5	47,4	3,95

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/SC	SC km 000,0 ao km 310,6	310,6	621,2
BR 116/PR	PR km 115 ao km 211,8	96,8	193,6
Total		407,4	814,8

Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR 116/SC	0,6%	7,1%	27,2%	28,2%	21,8%	0,0%
BR 116/PR	1,9%	1,5%	1,3%	2,4%	7,8%	0,2%

Mês	Média diária	%
Jan	87.376,02	7%
Fev	90.080,39	8%
Mar	95.816,92	8%
Abr	97.325,65	8%
Mai	97.317,08	8%
Jun	96.814,13	8%
Jul	99.727,65	8%
Ago	103.234,85	9%
Set	99.640,76	8%
Out	105.453,53	9%
Nov	102.019,44	9%
Dez	99.464,26	8%
Total	1.174.270,66	100%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	97.856
--	---------------

Áreas	
Administrativo	38
Jurídico	—
Comunicação	—
Meio Ambiente	—
Centro de Controle Operacional	—
Arrecadação	114
Conservação (engenharia)	—
Pavimentação (engenharia)	7
Obras (engenharia)	—
Projetos (engenharia)	7
Manutenção Tecnológica (rodovia)	7
Faixa de Domínio	—
Segurança do Trabalho	3
Tráfego	126

BR-116/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	
Irregularidade Longitudinal	100,00%	

BR-116/SC – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	
Irregularidade Longitudinal	100,00%	

Receita de pedágio	2024	Acumulada
Total	288.149	4.236.056

Custos associados às receitas de pedágio	(25.152)
---	-----------------

Fator Trabalho	2024	2023
Número de Trabalhadores	302	295
Despesa de Pessoal	33.007	24.986

Fator Capital	2024	2023
Despesas de Depreciação	Método linear	Método linear
Ativo Líquido	210.539	30.380
Ativo Bruto	1.506.410	1.356.263
Série Histórica dos Investimentos	2.127.967	1.980.547
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários	2024	2023
Despesas em Administração	8.690	273
Despesas em Manutenção	1.917	1.056
Outras Despesas	—	—

Tipos de Acidentes	2024	2023
Com danos materiais	826	916
Com vítimas feridas	626	544
Com vítimas fatais	52	42

Indicadores	2024	2023
Receita por KM	988	748
Custo por KM	808	659

Balanço Social						
Balanço Social	2024			2023		
1 – Base de cálculo	Valor	% FPB	% RL	Valor	% FPB	% RL
Faturamento Bruto	407.687			308.845		
Receita líquida (RL)	382.535			287.485		
Resultado operacional (RO)	(58.034			(65.732)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.673			12.442		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	15.673			12.442		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		

2 – Indicadores sociais internos						
Alimentação	2.975	19,0%	0,8%	2.556	20,5%	0,9%
Encargos Sociais	6.033	38,5%	1,6%	4.661	37,5%	1,6%
Previdência privada	204	1,3%	0,1%	147	1,2%	0,1%
Saúde	2.629	16,8%	0,7%	1.967	15,8%	0,7%
Segurança e Saúde no trabalho	197	1,3%	0,1%	129	1,0%	0,0%
Educação	2	0,0%	0,0%	11	0,1%	0,0%
Cultura	—	0,0%	0,0%	—	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	75	0,5%	0,0%	37	0,3%	0,0%
Creches ou auxílio creche	190	1,2%	0,0%	192	1,5%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados	1.591	10,2%	0,4%	1.285	10,3%	0,4%
Outros	185	1,2%	0,0%	135	1,1%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	14.081	89,8%	3,7%	22.886	88,6%	3,1%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	101	0,6%	0,0%	121	1,0%	0,0%
Cultura	—	0,0%	0,0%	—	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	—	0,0%	0,0%	—	0,0%	0,0%
Esporte	—	0,0%	0,0%	—	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	—	0,0%	0,0%	—	0,0%	0,0%
Outros	5	0,0%	0,0%	5	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	106	0,7%	0,0%	126	1,0%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	24.969	159,3%	6,5%	21.233	170,7%	7,4%
Total – Indicadores sociais externos	25.075	160,0%	6,6%	21.359	171,7%	7,4%

4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	282	1,8%	0,1%	1.525	12,3%	0,5%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	610	3,9%	0,2%	118	1,0%	0,0%
Total de investimentos em meio ambiente	892	5,7%	0,2%	1.643	13,2%	0,6%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para mini- mizar resíduos, o consumo em geral na produção/ope- ração e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%		() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			

5 – Indicadores do corpo funcional				
N º de colaboradores ao final do período	302		295	
Tempo de serviço até seis meses	8,9%	até seis meses	12,5%	até seis meses
Tempo de serviço de seis meses a um ano	9,3%	de seis meses a um ano	4,8%	de seis meses a um ano
Tempo de serviço entre um e dois anos	11,8%	entre um e dois anos	14,1%	entre um e dois anos
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	33,5%	entre dois e cinco anos	37,1%	entre dois e cinco anos
Tempo de serviço mais de cinco anos	32,9%	mais de cinco anos	25,9%	mais de cinco anos

continua ...

Arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação do Relatório da Administração

Nº de admissões durante o período	76		58	
Nº de demissões durante o período	69		76	
Nº de colaboradores terceirizados	544		496	
N º de estagiários (as)	–		–	
Nº de colaboradores com até 18 anos	11		9	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	43		38	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	185		191	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	63		57	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	133		126	
5 – Indicadores do corpo funcional				
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0%		0,0%	
Remuneração paga a mulheres no período	3.366		2.933	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	6		4	
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%		0%	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	10		7	
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	16.286		21.705	
Total de horas extras pagas (valor)	422		507	
Total de INSS pagos	3.005		2.912	
Total de FGTS pago	873		665	
Total de Contribuição Sindical paga	–		–	
Totals dos demais encargos sociais pagos	–		–	
Total de IRRF recolhido no período	359		401	
Total de ICMS recolhidos no período	–		–	
Total de IRPJ recolhido no período	(1		–	
Total de CSLL recolhido do período	–		–	
Total de PIS recolhidos no período	2.004		1.491	
Total de COFINS recolhidos no período	9.250		6.881	
Total de outros tributos recolhidos no período	14.434		12.973	

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	24		35	
Número total de acidentes de trabalho	–		–	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA		() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	25% no PROCON 2% na Justiça		20% no PROCON 10% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir	111.614		64.097	
Distribuição do Valor Adicionado	87,6%	Governo	20,0%	Governo
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	-91,2%	Acionistas	-17,0%	Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	29,6%	Colaboradores	39,0%	Colaboradores
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	74,0%	Terceiros	57,4%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0,0%	Retidos	–	Retidos

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)				
Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	210.539	9.104	
Aplicações financeiras	5	29.662	6.017	
Contas a receber	6	14.703	12.500	
Despesas antecipadas		1.507	1.312	
Impostos a recuperar		5.165	1.461	
Adiantamentos a fornecedor		91	90	
Aplicações financeiras vinculadas	8	21.791	–	
Outros créditos		59	1.483	
Total do ativo circulante		283.517	31.967	
Não Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	8	–	15.259	
Despesas antecipadas		1.311	1.030	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	151.901	224.290	
Depósitos judiciais		3.642	3.653	
Outras contas a receber	6	23	261	
Total do ativo realizável a longo prazo		156.877	244.493	
Direito de uso	9	7.192	9.748	
Imobilizado	10	1.141	1.529	
Intangível	11	1.004.843	1.039.984	
Infraestrutura em construção	11	52.840	15.025	
Total do ativo não circulante		1.222.893	1.310.779	
		1.506.410	1.342.746	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)				
	Subscrito	Capital Social A integralizar	Integralizado	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.128.034	(28.450)	1.099.584	
Prejuízo do exercício	–	–	–	(415.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(56.987)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(472.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(130.423)
				(602.640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais – R\$)				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	
Prejuízo do exercício	(130.423)	(56.987)		
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	130.454	118.210		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	72.389	(8.745)	
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.283)	(1.862)	
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	16	28.680	46.236	
Juros e variações monetárias de financiamentos		1.164	12.053	
Juros e variações monetárias de debêntures		67.812	14.534	
Despesas (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	4.778	5.427		
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		3.571	(4.511)	
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		58	403	
Constituição (reversão) de provisão para manutenção		26.653	35.341	
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	(2.203)	5.118		
Despesas antecipadas	(476)	(402)		
Impostos a recuperar	(3.028)	918		
Outros créditos	1.424	(129)		
Depósitos judiciais	11	466		
Outras contas a receber	238	(261)		
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	(6.269)	26.254		
Fornecedores – partes relacionadas	517	294		
Cauções contratuais de fornecedores	(466)	(651)		
Obrigações sociais	(213)	377		
Obrigações fiscais				(4.533)
Utilização provisão de manutenção	18	(51.838)	(27.144)	
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(3.477)	(2.560)	
Taxa de Fiscalização		18	19	
Custo de transação – empréstimo		(9.054)	276	
Pagamento de juros	12, 13 e 23	(69.093)	(22.602)	
Outras contas a pagar		1.447	11	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		56.858	140.720	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(23)	(850)	
Aquisições de itens do intangível	23	(108.042)	(94.021)	
Aplicação financeira vinculada		(54.091)	(4.744)	
Valor resgatado das aplicações vinculadas		48.166	5.481	
Aplicação financeira		(23.645)	7.988	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(137.635)	(86.146)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos:				
Pagamento arrendamento mercantil		(10.853)	(10.551)	
Pagamento empréstimos – principal	12	(101.900)	(54.566)	
Captações de empréstimos empresas ligadas	16	10.000	48.500	
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal	16	(163.459)	–	
Emissão de debêntures	13	650.000	–	
Pagamentos de debêntures – principal	13	(101.576)	(41.093)	
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		282.212	(57.710)	
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		201.435	(3.136)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		9.104	12.240	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		210.539	9.104	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto Operacional – A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e <i>holding</i> é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um <i>mix</i> de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a <i>holding</i> não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a <i>holding</i> brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.				
2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovia. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trevos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão,				
desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2024 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$15.076 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. d) A Sociedade				
<i>continua ...</i>				

arteris

Planalto Sul

assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$807.256 (R\$900.398 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$236.684 (R\$275.089 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem 'Momento de reconhecimento do ativo intangível' da nota explicativa nº 3. **Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT:** No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. A medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. **Repactuação:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à adaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas aos temas divulgados acima.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir (i) **Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) **Estimativas: Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entraram em vigor as seguintes alterações dos CPC's: • CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). • CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo

de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a

Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com base nos quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurispruências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos inciden-

continua ...

arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

tes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Financiamentos e debêntures:** Os Financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionado em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa n nº 18. **4.19. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perda esperada é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se uma provisão para perda esperada no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20. Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis: a) IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e contas bancárias	1.376	2.802
Fundos de investimentos (a)	209.163	6.302
Total	210.539	9.104

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos (b)	29.662	6.017
Total	29.662	6.017

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,07% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,38% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Não	Não		Não	Não
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	14.093	–	11.516	–	–
Cupons de pedágio a receber (a)	38	–	137	–	–
Cartões de pedágio a receber (b)	50	–	196	–	–
Receitas acessórias a receber (c)	521	23	650	261	–
Outras receitas a receber	1	–	1	–	–
Total	14.703	23	12.500	261	–

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas. Cronograma de recebimento:

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Não	Não		Não	Não
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante
Créditos a vencer	14.703	23	12.500	261	–
	14.703	23	12.500	261	–

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) **Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(58.034)	(65.732)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	19.732	22.349
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(623)	(88)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(91.498)	(13.516)
Total	(72.389)	8.745

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Diferido	(72.389)	8.745
	(72.389)	8.745

Alíquota efetiva de impostos

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante		
	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	706.554	630.191
Provisão de participação nos lucros	890	794
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.343	4.191
Outras provisões	373	403
Provisão para manutenção de rodovias	53.505	74.821
Arrendamentos	1.239	1.684
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(36)	(33)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	766.934	712.117
Alíquota nominal	34%	34%
Total	260.758	242.120
Diferenças temporárias passivas		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	13.840	12.456
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(11.303)	(12.687)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.843)	(4.314)
Total do imposto de renda e contribuição social	256.915	237.806
Impostos diferidos não constituído	105.014	13.516
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	151.901	224.290

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajastam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Remensuração	–	169	947	7.049	13	–	8.178
Saldo em 31/12/2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Amortização	(2.427)	(913)	(205)	(7.078)	(13)	(98)	(10.734)
Saldo em 31/12/2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Saldo em 31/12/2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Taxas de amortização – a.a.	23%	32%	13%	35%	43%	8%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2022	10.242	2.732	256	12.637	19	939	26.825
Remensurações	202	104	36	976	4	144	1.466
Adições	–	–	–	–	13	–	13
Transferências/reclassificações	15	(157)	334	(332)	(19)	159	–
Baixas	–	–	–	(4)	–	–	(4)
Saldo em 31/12/2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(4.326)	(870)	(18)	(2.774)	(19)	(208)	(8.215)
Amortização	(2.326)	(899)	(194)	(6.818)	(9)	(95)	(10.341)
Transferências/reclassificações	5	(2)	(334)	329	17	(15)	–
Baixas	–	–	–	4	–	–	4
Saldo em 31/12/2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2022	5.916	1.862	238	9.863	–	731	18.610
Saldo em 31/12/2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Taxas de amortização – a.a.	22%	34%	31%	51%	53%	8%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a locação de veículos administrativos. (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias. (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

10. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Adições	–	–	23	–	–	–	23
Saldo em 31/12/2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Depreciação	(12)	(28)	(239)	(64)	(68)	–	(411)
Saldo em 31/12/2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	(5.084)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Saldo em 31/12/2024	53	90	734	115	84	65	1.141
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	16%	10%	10%	20%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2022	538	1.263	1.090	1.105	1.283	73	5.352
Adições	–	119	710	21	–	–	850
Saldo em 31/12/2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(457)	(1.196)	(685)	(865)	(1.047)	(8)	(4.258)
Depreciação	(16)	(68)	(165)	(82)	(84)	–	(415)
Saldo em 31/12/2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2022	81	67	405	240	236	65	1.094
Saldo em 31/12/2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774
Adições	50.672	1.023	–	51.695	69.309	121.004
Transferências/reclassificações	31.901	–	(407)	31.494	(31.494)	–
Outros (c)	1.860	368	–	2.228	–	2.228
Saldo em 31/12/2024	1.882.064	6.102	–	1.888.166	52.840	1.941.006
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2023	(760.134)	(2.631)	–	(762.765)	–	(762.765)
Amortização	(117.899)	(1.410)	–	(119.309)	–	(119.309)
Outros (c)	(1.245)	(4)	–	(1.249)	–	(1.249)
Saldo em 31/12/2024	(879.278)	(4.045)	–	(883.323)	–	(883.323)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009
Saldo em 31/12/2024	1.002.786	2.057	–	1.004.843	52.840	1.057.683
Taxas de amortização – a.a. (d)	7%	42%				

continua ...

Arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$890 e R\$794. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	218	3.033	(242)	(2.782)	11	238
Trabalhistas	422	1.586	(1.027)	(598)	2	385
Regulatórias	3.551	397	(176)	(97)	45	3.720
Total	4.191	5.016	(1.445)	(3.477)	58	4.343
	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	219	1.411	–	(1.419)	7	218
Trabalhistas	572	980	–	(1.140)	10	422
Regulatórias	10.068	150	(7.052)	(1)	386	3.551
Total	10.859	2.541	(7.052)	(2.560)	403	4.191

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	7.767	895
Trabalhistas	530	405
Regulatórias	54.679	52.191
Total	62.976	53.491

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.642 (R\$3.653 em 31 de dezembro de 2023), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$316 (R\$321 em 31 de dezembro de 2023) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2023	45.389	29.432	74.821
Adições/Reversões	4.078	22.575	26.653
Utilizações	(51.838)	–	(51.838)
Ajuste a valor presente	2.207	1.662	3.869
Transferências	26.828	(26.828)	–
Saldo em 31/12/2024	26.664	26.841	53.505

	Circulante	Não circulante	Total
Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2022	26.274	36.660	62.934
Adições/Reversões	6.313	29.028	35.341
Utilizações	(27.144)	–	(27.144)
Ajuste a valor presente	1.638	2.052	3.690
Transferências	38.308	(38.308)	–
Saldo em 31/12/2023	45.389	29.432	74.821

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referentes às manutenções realizadas foram de R\$51.833 (R\$27.909 em 31 de dezembro de 2023).

19. Patrimônio Líquido – **Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.128.034, composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	288.149	244.998
Receita de serviços de construção	118.203	62.616
Outras receitas	1.335	1.231
Receita bruta	407.687	308.845
ISSQN	(14.408)	(12.250)
PIS	(1.881)	(1.600)
COFINS	(8.680)	(7.383)
Outras deduções	(183)	(127)
Receita líquida	382.535	287.485

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos:		
Com pessoal	(19.154)	(17.327)
Serviços de terceiros	(17.065)	(16.444)
Conservação	(9.610)	(9.202)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(949)	(1.321)
Consumo	(1.895)	(2.717)
Transportes	(3.142)	(2.600)
Verba de fiscalização	(4.665)	(4.456)
Seguros/Garantias	(2.230)	(2.062)
Provisão de manutenção em rodovias	(26.653)	(35.341)
Custos de serviços da construção	(118.203)	(62.616)
Depreciação/Amortização	(129.867)	(117.597)
Outros	(140)	(151)
Total	(333.573)	(271.834)
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(13.853)	(7.659)
Serviços de terceiros	(2.281)	(1.915)

	31/12/2024	31/12/2023
Manutenção de bens e conservação	(1.917)	(1.056)
Consumo	(803)	(522)
Transportes	87	(106)
Seguros/Garantias	(20)	(8)
Provisão/(reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(3.571)	4.511
Comunicação e <i>marketing</i>	(275)	(222)
Indenizações à terceiros	(52)	(52)
Publicações legais	(245)	(213)
Depreciação/Amortização	(587)	(613)
Outros	(943)	(588)
Total	(24.460)	(8.443)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	24.980	6.468
Créditos fiscais	73	78
Outras receitas	6	4
Total	25.059	6.550
	31/12/2024	31/12/2023

Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(97.656)	(72.823)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.778)	(5.427)
Outras despesas	(4.916)	(1.674)
Total	(107.350)	(79.924)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$101.703, o montante de R\$4.047 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$76.318 e R\$3.495 em 31 de dezembro de 2023).

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	121.983	67.452
Total das adições de imobilizado (b)	23	850
Juros capitalizados – financiamentos (a)	(1)	(395)
Juros capitalizados – debêntures (a)	(4.046)	(3.100)
Total	117.959	64.807

Aquisição (adições)	(117.959)	(64.807)
Encargos	7.380	(28.705)
Obrigações fiscais	494	(1.146)
Contas a pagar – partes relacionadas	176	–
Cauções contratuais	1.844	(213)

Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(108.065)	(94.871)
Fluxo de caixa imobilizado	(23)	(850)
Fluxo de caixa intangível	(108.042)	(94.021)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(108.065)	(94.871)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

	9.894	(30.064)
(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22. (b) Vide nota explicativa nº 10.		

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31/12/2024	31/12/2023
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(130.423)	(56.987)
Número de ações durante exercício	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0758)	(0,0331)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2024		31/12/2023	
			Mensuração			
	Nível	(*)	Con-tábil	Valor justo	Con-tábil	Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	210.539	210.539	9.104	9.104
Aplicação Financeira	Nível 2	1	29.662	29.662	6.017	6.017
Contas a receber clientes	Nível 2	2	14.703	14.703	12.500	12.500
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	21.791	21.791	15.259	15.259
Outros Créditos	Nível 2	2	173	173	1.834	1.834
			<u>276.868</u>	<u>276.868</u>	<u>44.714</u>	<u>44.714</u>
			31/12/2024	31/12/2023		

			Mensuração (*)	Con-tábil	Valor justo	Con-tábil	Valor justo
Passivo							
Financiamentos	Nível 2	2	–	–	102.692	102.692	
Debêntures privada – partes relacionadas	Nível 2	2	228.589	228.589	384.230	384.230	
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	3.680	3.680	2.987	2.987	
Debêntures (a)	Nível 2	1	681.357	674.856	101.109	106.587	
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	18.450	18.450	14.725	14.725	
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	396	396	378	378	
Outras contas a pagar	Nível 2	2	1.955	1.955	508	508	
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	8.275	8.275	11.276	11.276	
			942.702	936.201	617.905	623.383	
			31/12/2024	31/12/2023			

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (a) Vide nota 13. (b) Não escopo do CPC 48. **Mensuração a valor justo:** O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo,

	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Modalidade								
Arrendamento mercantil a pagar	10,07%	8.275	8.763	1.827	5.468	494	170	804
Partes relacionadas	1,08%	228.589	228.589	–	–	–	222.696	–
Debêntures – CDI (b)	14,42%	363.013	429.965	–	–	109.603	273.827	46.535
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	318.344	447.586	10.437	36.360	23.275	73.758	303.756
Fornecedores e cauções contratuais		18.450	18.450	13.677	4.773	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		3.680	3.680	3.680	–	–	–	–
Outras contas a pagar		1.955	1.955	1.955	–	–	–	–
		942.306	1.138.988	31.576	46.601	133.372	570.451	351.095

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes

diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
Indicadores	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%
CDI				
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(112.016)	(127.011)	(142.005)	(97.021)
Receita de aplicações financeiras	3.115	3.894	4.673	2.336
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(36.426)	(44.892)	(53.358)	(27.960)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(145.327)	(168.009)	(190.690)	(122.645)
IPCA	4,96%	6,20%	7,44%	3,72%
Juros a incorrer – Debêntures	(55.026)	(59.383)	(63.741)	(50.668)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(55.026)	(59.383)	(63.741)	(50.668)
Juros a incorrer líquido no resultado	(200.353)	(227.392)	(254.431)	(173.313)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuí

arteris

Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Diretoria				
Álisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Antônio César Ribas Sass Diretor Superintendente	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer de Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Cesar Lindgren Costa Diretor de Engenharia
Conselho de Administração			Contador	
Sergio Moniz Barretto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Planalto Sul S.A. – Rio Negro-PR
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão: Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.7 e 11 das demonstrações contábeis.
Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis.
Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração.
Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis.
Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$151.901 mil. Os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias

dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.
Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/F



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL



(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

Relatório da Administração – 2024

São José dos Pinhais, 27 de fevereiro de 2025 – A Autopista Litoral Sul (“Companhia” ou “Litoral Sul”) atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destaques Operacionais e Financeiros – 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de 7,1% no tráfego no exercício de 2024, com **164,6 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **66,6%** do tráfego representado por veículos pesados e **33,4%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 836,4 milhões** no exercício de 2024, com crescimento de **13,7%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 611,9 milhões**, acréscimo de **19,7%**, com uma margem de **79,6%**, evolução da **4,1** pontos percentuais.

Contorno de Florianópolis: No dia 09 de agosto de 2024, a Litoral Sul realizou a cerimônia de entrega e oficializou a **finalização da obra do Contorno de Florianópolis**, a principal obra viária do Brasil e da América Latina nos últimos anos. Com **50 km de pista dupla, 8 túneis, 6 trevos e 44 Obras de Arte Especiais**, a obra promove o **desenvolvimento econômico, social e sustentável, além do aumento da segurança** da região metropolitana de Florianópolis (SC).

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	42.349	40.107	5,6%	164.572	153.686	7,1%
Leves	14.629	13.630	7,3%	54.994	52.573	4,6%
Pesados	27.720	26.477	4,7%	109.578	101.113	8,4%

A Litoral Sul registrou 164,6 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 7,1% em comparação ao exercício de 2023. O *mix* de veículos foi de 66,6% para os pesados e 33,4% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 42,3 milhões de veículos equivalentes (+5,6%) no 4T24.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por feriados prolongados, férias escolares e a temporada de inverno. Nos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024, o aumento das exportações de carne de frango e a maior demanda por celulose contribuíram para o crescimento. Por outro lado, o clima instável afetou o fluxo na região Sul, com chuvas intensas no litoral de Santa Catarina e no sul do Rio Grande do Sul.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	5,20	4,90	6,1%	5,08	4,79	6,2%

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R\$ 5,08, um aumento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a tarifa média alcançou R\$ 5,20, representando um crescimento de 6,1% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de fevereiro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	310.289	568.026	(45,4%)	1.632.946	2.031.753	(19,6%)
Receitas de pedágio	220.277	196.572	12,1%	836.443	735.401	13,7%
Receitas de construção	88.397	369.972	(76,1%)	790.468	1.290.487	(38,7%)
Outras Receitas	1.615	1.482	9,0%	6.035	5.865	2,9%
Deduções	(19.535)	(17.190)	13,6%	(73.385)	(64.427)	13,9%
Receita Operacional Líquida	290.754	550.836	(47,2%)	1.559.561	1.967.326	(20,7%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	202.357	180.864	11,9%	769.093	676.839	13,6%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 836,4 milhões, representando um crescimento de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 220,3 milhões, um aumento de 12,1% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 790,5 milhões no exercício de 2024, uma redução de 38,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 88,4 milhões, queda de 76,1% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R\$ 6,0 milhões no exercício de 2024, com um aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R\$ 1,6 milhões, refletindo uma variação positiva de 9,0% em comparação ao 4T23.

Custos e Despesas

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(45.418)	(40.609)	11,8%	(157.178)	(165.748)	(5,2%)
Pessoal	(18.483)	(15.202)	21,6%	(57.340)	(56.646)	1,2%
Conservação	(4.849)	(4.899)	(1,0%)	(18.803)	(19.052)	(1,3%)
Serviços de terceiros	(9.236)	(8.367)	10,4%	(33.765)	(31.132)	8,5%
Seguros e garantias	(1.458)	(1.054)	38,3%	(4.953)	(3.982)	24,4%
Verba de fiscalização	(4.092)	(3.916)	4,5%	(16.253)	(15.538)	4,6%
Outros	(7.300)	(7.171)	1,8%	(26.064)	(39.398)	(33,8%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(934.857)	(1.158.863)	(19,3%)	(1.882.042)	(2.274.921)	(17,3%)
Prov. para redução ao valor recuperável	(635.380)	(722.423)	(12,0%)	(635.380)	(722.423)	(12,0%)
Custo dos serviços de construção	(88.397)	(369.972)	(76,1%)	(790.468)	(1.290.487)	(38,7%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(14.005)	(17.053)	(17,9%)	(53.205)	(71.308)	(25,4%)
Depreciação e amortização	(197.075)	(49.415)	298,8%	(402.989)	(190.703)	111,3%
Custos e Despesas Operacionais	(980.275)	(1.199.472)	(18,3%)	(2.039.220)	(2.440.669)	(16,4%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 2.039,2 milhões no exercício de 2024, redução de 16,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 157,2 milhões, redução de 5,2% em comparação ao período anterior. Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 980,3 milhões no 4T24, redução de 18,3% em relação ao 4T23. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 45,4 milhões, aumento de 11,8% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(752.076)	(475.926)	58,0%	(655.977)	(422.627)	55,2%
(+) Depreciação e amortização	197.075	49.415	298,8%	402.989	190.703	111,3%
(+) Resultado Financeiro	106.500	11.847	799,0%	208.652	110.427	89,0%
(+) IR e CSLL	(43.945)	(184.556)	(76,2%)	(32.334)	(161.143)	(79,9%)
EBITDA¹	(492.446)	(599.220)	(17,8%)	(76.670)	(282.640)	(72,9%)
Margem EBITDA²	(243,4%)	(331,3%)	88,0 p.p.	(10,0%)	(41,8%)	31,8 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	14.005	17.053	(17,9%)	53.205	71.308	(25,4%)
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	635.380	722.423	(12,0%)	635.380	722.423	(12,0%)
EBITDA Ajustado³	156.939	140.256	11,9%	611.915	511.091	19,7%
Margem EBITDA Ajustada²	77,6%	77,5%	0,0 p.p.	79,6%	75,5%	4,1 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

² A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

³ Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou um valor negativo de R\$ 76,7 milhões, com variação negativa de 72,9%. No 4T24, o EBITDA foi negativo em R\$ 492,4 milhões, apresentando uma variação negativa de 17,8% em relação ao 4T23. O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 611,9 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 19,7% e margem ajustada de 79,6%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 156,9 milhões, registrando uma variação positiva de 11,9%. O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

Depreciação e Amortização

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	197.075	49.415	298,8%	402.989	190.703	111,3%

A conta de depreciação e amortização da Companhia apresentou R\$ 403,0 milhões no exercício de 2024, um aumento de 111,3% em relação ao exercício de 2023, devido à inauguração, no dia 09 de agosto, do Contorno de Florianópolis pela Companhia. No comparativo trimestral, essa linha totalizou R\$ 197,1 milhões no 4T24, um aumento de 298,8% em relação ao mesmo período de 2023.

Resultado Financeiro

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	(106.500)	(11.847)	799,0%	(208.652)	(110.427)	89,0%
Receitas financeiras	1.241	1.934	(35,8%)	7.124	24.884	(71,4%)
Despesas financeiras	(107.742)	(13.765)	682,7%	(215.778)	(135.294)	59,5%
Variação cambial, líq.	1	(16)	(106,3%)	2	(17)	(111,8%)

O resultado financeiro contabilizado pela Litoral Sul foi de uma despesa financeira de R\$ 208,7 milhões no exercício de 2024, um aumento de 89,0% em relação ao mesmo período de 2023. Referente ao 4T24, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R\$ 106,5 milhões. O aumento da despesa financeira nos períodos reflete, em grande parte, a redução da capitalização de juros, decorrente da conclusão das obras do Contorno de Florianópolis no 4T24.

IR e CSLL

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
IR e CSLL	43.945	184.556	(76,2%)	32.334	161.143	(79,9%)
Corrente	11.611	(16.852)	(168,9%)	–	(40.826)	(100,0%)
Diferido	32.334	201.408	–	32.334	201.969	(84,0%)

No exercício de 2024, a Companhia contabilizou valor positivo de R\$ 32,3 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, uma redução de 79,9% em relação a 2023. No 4T24, o valor registrado foi positivo em R\$ 43,9 milhões.

Resultado Líquido

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	(752.076)	(475.926)	58,0%	(655.977)	(422.627)	55,2%

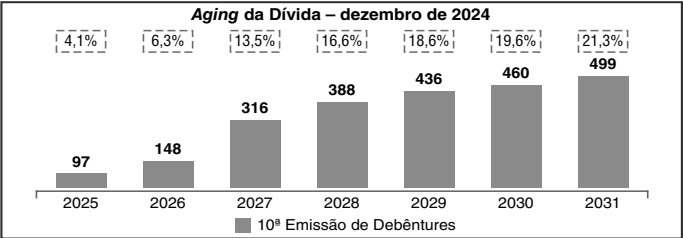
O Resultado Líquido registrado pela Companhia no exercício de 2024 foi de um prejuízo de R\$ 656,0 milhões, aumento de 55,2% comparado ao exercício de 2023. Esse aumento decorre, principalmente, do reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável no 4T24. O resultado apresentado no trimestre teve um aumento de 58,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

R\$ mil	4T24	3T24	Δ%
Dívida Bruta	2.286.327	2.289.594	(0,1%)
Curto Prazo	89.524	59.910	49,4%
Longo Prazo	2.196.803	2.229.684	(1,5%)
Posição de Caixa	69.928	95.365	(26,7%)
Caixa e equivalentes de caixa	30.064	18.236	64,9%
Aplicações financeiras vinculadas¹	39.864	77.129	(48,3%)
Dívida Líquida	2.216.399	2.194.229	1,0%

¹ Curto e Longo Prazo

No 4T24, a dívida bruta da Litoral Sul totalizou R\$ 2.286,3 milhões, variação negativa de 0,1% em relação ao valor registrado no 3T24. A dívida líquida da Companhia finalizou o 4T24 em um montante de R\$ 2.216,4 milhões, uma evolução de 1,0% em relação ao trimestre anterior.



No exercício de 2024, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 10ª Emissão de Debêntures, realizada em 2021.

Investimentos Realizados

R\$ Mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Investimentos	116.030	282.573	(58,9%)	916.318	1.206.763	(24,1%)

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 916,3 milhões, redução de 24,1% em relação ao mesmo período de 2023. No 4T24, os investimentos totalizaram R\$ 116,0 milhões, uma redução de 58,9% em comparação ao 4T23. A redução reflete a entrega, no 3T24, da obra do Contorno de Florianópolis. O Contorno de Florianópolis, uma das maiores e mais importantes obras rodoviárias do país, foi iniciado em maio de 2014 e deu início a sua operação em 10/08/2024. Esta obra de aproximadamente 50 km é composta por pistas duplas, 8 túneis, 14 pontes, 20 passagens em desnível, 6 trevos, e 44 obras de arte especiais, representando um marco na infraestrutura rodoviária nacional. Com um investimento total de R\$ 3,9 bilhões, o Contorno foi projetado para melhorar significativamente a mobilidade e a fluidez do trânsito na Grande Florianópolis, desviando o tráfego de longa distância do trecho urbano da BR-101. A obra envolveu também soluções de engenharia inovadoras para superar desafios geológicos e ambientais. Durante o ano de 2024, no trecho que faz interseção com a BR-101 Norte, as atividades de terraplenagem, pavimentação e as obras de arte especiais foram finalizadas, incluindo viadutos e passagens em desnível, e o trecho está em pleno funcionamento. No trecho intermediário destaca-se a conclusão da pavimentação dos Trevos estratégicos nos Km 193, 204 e 215+380, o quais já estavam em operação plena, garantindo maior segurança e agilidade no tráfego. Este trecho também abriga importantes passagens de nível e estruturas concluídas, proporcionando conexões essenciais para a região. No trecho Sul, os túneis 1, 2 e 3 foram integralmente concluídos, incluindo as obras complementares de ventilação e iluminação, oferecendo um controle inteligente com eficiência energética. As interseções com a BR-282 e BR-101 Sul, juntamente com o viaduto no Km 225+163, foram finalizadas, garantindo a integração plena do contorno com as principais vias da região. Abaixo alguns destaques: • Foram movimentados aproximadamente 18 milhões de m³ de terra e utilizadas 667 vigas pré-moldadas e 188 mil m³ de concreto. • A tecnologia empregada na pavimentação, com os sistemas SYTECH e MOBA, garantiu índices de qualidade superior, com o IRI (Índice de Irregularidade Internacional) final em 1,0 m/km, bem abaixo da obrigação contratual de 2,7 m/km. Com o Contorno de Florianópolis, a mobilidade regional foi transformada, reduzindo congestionamentos, promovendo maior segurança e otimizando os tempos de viagem. Este projeto se consolida como um exemplo de planejamento e execução bem-sucedida na infraestrutura brasileira. Além disto, em 2024, a Concessionária concluiu a implantação do PPD (Posto de Parada e Descanso) localizado no Km 219 da BR101/SC e a implantação da Passarela do Km 205+100BR101/SC além de ter dado início a implantação da Passarela no Km 202+300BR101/SC. Também foi dado seguimento nas obras do Trevo do Km 108+300 da BR101/SC. Além disto, foi realizada a recuperação de 11 pontos de sinistros ao longo da Rodovia.

Previsão de Investimentos Futuros

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	412.816
Recuperações/Manutenções	685.706
Total	1.098.522

*Base Monetária: dezembro/2024

Sustentabilidade: A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris, norteando as decisões da Alta Liderança, que sempre considera os impactos reais e potenciais nos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) relacionados às suas operações. Nesse contexto, a gestão sustentável dos negócios reflete o compromisso da empresa com um comportamento ético e íntegro, respeitando não apenas os recursos naturais e a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, mas também as pessoas envolvidas nesse processo. Para alcançar esses objetivos, promovemos a diversidade e a inclusão, além de garantir a segurança viária, do trabalho e no ambiente cibernético, tanto para colaboradores quanto para usuários, sempre com base na ética e transparência. Esses compromissos são incentivados e disseminados em todas as unidades da empresa e em toda a cadeia de valor, estando alinhados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tanto internamente quanto externamente, as iniciativas, metas e indicadores sustentáveis da Arteris estão fundamentados na sua Agenda ESG, estruturada em três eixos estratégicos interligados e complementares: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, e Governança, Transparência e Accountability. Essa Agenda está alinhada à estratégia dos acionistas e conta com um Comitê Específico, conforme a governança da companhia. A conclusão do triênio 2022-2024 da Agenda ESG apresenta importantes avanços e conquistas de metas, consolidando a trajetória da Arteris rumo a uma atuação cada vez mais sustentável no setor de infraestrutura rodoviária. Abaixo, destacamos alguns dos nossos principais resultados em 2024: A descarbonização foi a principal prioridade, com avanços significativos em estudos e projetos-piloto para a proteção da atmosfera e a implementação do nosso Plano de Descarbonização, que inclui estudos de alternativas para a redução das emissões, em especial o fomento ao consumo de combustíveis renováveis na frota de veículos leves da companhia e a implantação a operação de um quinhão 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias. Temos investido na eficiência energética por meio da junção de diversos projetos que geram economia de energia e de custos: a consolidação das 25 mil lâmpadas de LED instaladas; a continuidade da instalação de painéis solares em localidades estratégicas, totalizando 20% do consumo total de energia elétrica por meio de fontes renováveis próprias; além da migração de unidades para o Mercado Livre de Energia e a certificação da empresa como consumidora de 100% de energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir da aquisição de certificados IRECS. Fomos reconhecidos com o Prêmio ANTT Destaques 2024, na categoria Gestão de Riscos Climáticos, pela Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes da Arteris Planalto Sul. Esta solução inovadora antecipa riscos climáticos e deslizamentos, garantindo maior segurança para os usuários e proteção ao meio ambiente. Em relação à conservação da biodiversidade, a Arteris já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reforestados, desde o início de suas operações. O plantio foi realizado como compensação ambiental pelas obras e intervenções realizadas, sendo planejado para maximizar os benefícios aos serviços ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos rios e a criação de corredores ecológicos para a fauna silvestre. A Arteris Régis Bittencourt conquistou a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), unindo-se às concessões da Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, que também revalidaram a certificação. Este processo garante que nosso sistema de gestão ambiental atenda às normas vigentes e reflete nossa maturidade no tema, além de ser um importante instrumento de transparência para nossos stakeholders. No campo da segurança viária, a Arteris se comprometeu com a 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU, com a meta de reduzir em 50% as fatalidades no trânsito entre 2011 e 2030. Na primeira década, superamos a meta com uma redução de 51% e renovamos nosso compromisso até 2030. Apesar do aumento no número de fatalidades nos últimos anos, observamos a redução do indicador IF3, que mede a taxa de fatalidade por veículo, refletindo a correlação entre o aumento do tráfego e o risco de acidentes. Isso demonstra que nossas ações têm gerado resultados positivos, embora fatores como o comportamento humano e mudanças na legislação também influenciem os números. Neste sentido a companhia está sempre buscando por iniciativas estratégicas voltadas a pontos críticos em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e mortes. A construção das três Áreas de Escape de emergência é apenas um exemplo disso: os dispositivos previnem acidentes graves e, desde a sua implementação, mais de 1.200 vidas já foram salvas. Com relação a nossa força de trabalho e o indicador de Segurança do Trabalho, temos o destaque do sucesso do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO) com aproximadamente 12.000 interações desde a sua implementação no ano anterior. Os principais resultados foram o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa culminando numa considerável redução de 41% das invasões de zonas de trabalho. Isso demonstra o olhar para a segurança do trabalho, seja com colaboradores internos ou terceirizados. Em governança, a Arteris manteve seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, prevenindo e detectando rapidamente atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos a recertificação ISO 37001 e o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU). Ao longo do ano, também atualizamos o Código de Conduta da Arteris, incorporando avanços em Inteligência Artificial e melhorias em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão. Nosso programa de Diversidade e Inclusão se expandiu, com diversas rodas de conversa e a participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas, além da publicação de duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial. Lançamos também a nossa Política de Direitos Humanos, reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade social, ética e transparência. É importante lembrar que marcamos a história com a entrega do Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra de infraestrutura rodoviária brasileira e de Santa Catarina dos últimos anos. Este corredor expresso, que desvia o tráfego de longa distância da região metropolitana de Florianópolis, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, reduzindo o tempo de viagem, melhorando o fluxo de tráfego e aumentando a segurança viária. Nos primeiros dias de operação, observamos uma redução de 30,1% nos acidentes e 9,4% nas vítimas, reforçando o nosso compromisso com a preservação da vida. Todas as atividades realizadas no Contorno Viário estiveram alinhadas às condicionantes ambientais, e a obra foi projetada para minimizar os impactos ao meio ambiente. Técnicas de engenharia como a redução do canteiro central, uso de muros de contenção, estratégias geotécnicas e túneis reduziram em cerca de 25 hectares a supressão de Mata Atlântica. Finalmente, a Arteris foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, com o selo “Lugares Incriveis para Trabalhar”, além de ser reconhecida nas categorias “Mais Incrível em ESG” e “Mais Incrível no setor de Serviços Públicos. Com esses avanços, podemos afirmar que 2024 foi um ano de importantes conquistas nos três eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. A sustentabilidade é uma jornada contínua, baseada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos executando nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões em que atuamos e em todo o Brasil.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 3

arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação do Relatório da Administração

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A partir da zero hora do dia 27 de maio de 2024, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$4,90 para R\$5,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2024, o tráfego pedagiado totalizou 164,6 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 7,1% superior aos 153,7 milhões registrados em 2023. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 1.632,9 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando uma diminuição 19,6% sobre 2023, quando totalizou R\$ 2.031,8 milhões.

Investimentos: Durante o ano de 2024, foram investidos R\$ 916,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 1.206,8 milhões realizados em 2023, perfazem o montante de R\$ 7.795,7 milhões realizados nos 17 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)	2024	2023	%
Ampliação da Rodovia	(823.668)	(1.078.881)	(24%)
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(92.650)	(127.882)	(28%)
Total	(916.318)	(1.206.763)	(1)

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R\$ 6.697,5 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R\$ 2.341,8 milhões.

Valor Adicionado: Em 2024, o valor adicionado líquido negativo gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 117,3 milhões, representando 7,2 % da Receita Operacional Bruta, representando um decréscimo com relação ao ano de 2023, em que o valor adicionado foi de R\$ 6,2 milhões representando 0,3% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

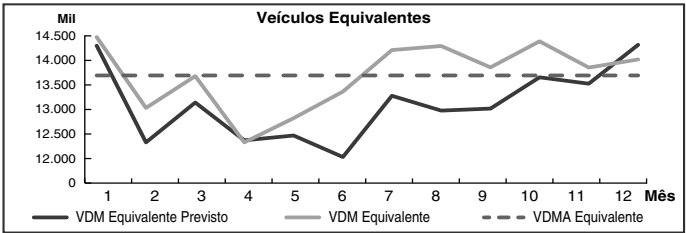
Gestão pela Qualidade Total: Em 2024, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 2024, a Concessionária investiu R\$ 23 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

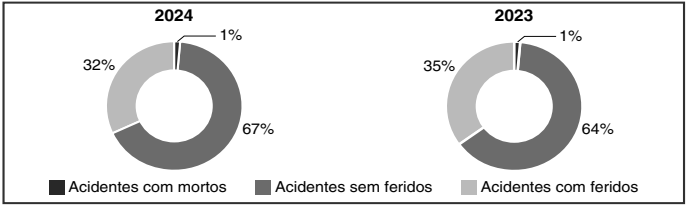
A) Caracterização do Tráfego

Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

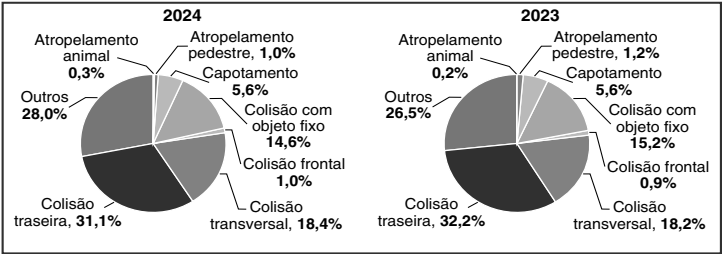


B) Caracterização do Tráfego

Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



C) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de Veículos Alocados na Concessão

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	13	3	16	3,95%
Guincho Leve	14	3	17	4,19%
Guincho Pesado	6	2	8	1,97%
Caminhão Pipa*	3	–	3	0,74%
Caminhão MuncK	1	–	1	0,25%
AC – Ambulância Stand	10	5	15	3,70%
AD – Ambulância UTI	4	–	4	0,99%
Moto de inspeção	2	–	2	0,49%
Total de veículos operacionais	53	13	66	16,27%
Administração	18	–	18	4,44%
Tráfego	–	–	–	0,00%
Operação	9	–	9	2,22%
Arrecadação	–	–	–	0,00%
Segurança de trabalho	5	–	5	1,23%
Manutenção Tecnológica	11	–	11	2,71%
Obras e Conserva*	42	–	42	10,36%
Caminhonete ANTT	4	–	4	0,99%
Total de veículos de apoio	89	–	89	21,94%
Total de veículos	142	13	155	38,22%

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
TRÁFEGO		
AUXILIAR DE TRAFEGO	8	0,00
ESPECIALISTA EM TÚNEIS	1	0,00
GERENTE DE OPERACOES	1	0,00
INSPECTOR DE TRAFEGO	47	0,00
INSPECTOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	4	0,00
OPERADOR DE BALANCA	31	0,00
OPERADOR DE GUINCHO	59	0,00
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	30	0,00
OPERADOR DE PIPA	7	0,00
SUPERVISOR DE OPERACOES	5	0,00
TOTAL TRÁFEGO	193	0,01
ARRECAÇÃO		
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	0,00
OPERADOR DE PEDAGIO	218	0,01
TOTAL ARRECAÇÃO	238	0,01
OPERAÇÃO		
ANALISTA DE CCA JR	1	0,00
ANALISTA DE CCO JR	2	0,00
ANALISTA DE CCO SR	1	0,00
ASSISTENTE DE CCA	1	0,00
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	2	0,00
CONTROLADOR DE CCA I	2	0,00
COORDENADOR DE CCO	1	0,00
COORDENADOR DE OPERACAO	2	0,00
LÍDER DE CCO	4	0,00
OPERADOR DE CCO	36	0,00
TOTAL OPERAÇÃO	52	0,00
DEMAIS ÁREAS		
ADVOGADO SR	1	0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	2	0,00

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS PL	1	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS SR	1	0,00
ANALISTA DE CCSO JR	4	0,00
ANALISTA DE COMUNICACAO SR	2	0,00
ANALISTA DE CONTRATOS E MEDICAO JR	1	0,00
ANALISTA DE CONTRATOS E MEDICAO PL	1	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA PL	2	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA SR	4	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	3	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA SR	6	0,00
ANALISTA DE FACILITIES PL	1	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	2	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO PL	2	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO SR	2	0,00
ANALISTA DE GESTÃO DE OBRAS JR	1	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO JR	1	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	5	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO SR	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE JR	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	1	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE SR	2	0,00
ANALISTA DE MOBILIDADE SR	1	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO JR	2	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO PL	1	0,00
ANALISTA DE MONITORAÇÃO SR	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO SR	2	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO PL	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO SR	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO SR	3	0,00
ANALISTA DE QUALIDADE SR	1	0,00
ANALISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PL	1	0,00
ANALISTA DE RH PL	2	0,00
ANALISTA DE SISTEMAS PL	1	0,00
ANALISTA DE SUPORTE OPERACIONAL JR	2	0,00
ANALISTA DE SUSTENTABILIDADE SR	1	0,00
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,00
ANALISTA OPERACIONAL SR	1	0,00
ANALISTA PREDIAL SR	1	0,00
ASSESSOR JURIDICO	1	0,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	0,00
ASSISTENTE DE CONTRATOS E MEDICAO	1	0,00
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,00
ASSISTENTE DE FAIXA DE DOMÍNIO II	1	0,00
ASSISTENTE DE FAIXA DE DOMÍNIO III	1	0,00
ASSISTENTE DE MEIO AMBIENTE	1	0,00
ASSISTENTE DE MONITORAÇÃO II	1	0,00
ASSISTENTE TECNICO II	5	0,00
ASSISTENTE TECNICO III	4	0,00
ASSISTENTE TECNICO IV	6	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO	1	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO II	3	0,00
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	2	0,00
AUXILIAR TECNICO II	1	0,00
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,00
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,00
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	2	0,00
COORDENADOR DE LABORATORIO	2	0,00
COORDENADOR DE MANUTENCAO	1	0,00
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	1	0,00
COORDENADOR DE PAVIMENTO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	1	0,00
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO FÍSICO	1	0,00
COORDENADOR DE PROJETOS	2	0,00
COORDENADOR DE SEGURANCA DO TRABALHO	1	0,00
COORDENADOR DE SISTEMAS	1	0,00
DIRETOR SUPERINTENDENTE	1	0,00
ENGENHEIRO CIVIL II	2	0,00
ENGENHEIRO CIVIL III	2	0,00
ENGENHEIRO COORDENADOR DE SEGURANCA DO TRABALHO	1	0,00
ENGENHEIRO I	6	0,00
ENGENHEIRO II	3	0,00
ESPECIALISTA DE CONSULTORIA INTERNA	1	0,00
GERENTE DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,00
GERENTE DE ENGENHARIA	1	0,00
GERENTE DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	1	0,00
GERENTE FINANCEIRO	1	0,00
GERENTE JURIDICO	1	0,00
GERENTE TÉCNICO	1	0,00
INSPECTOR DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	1	0,00
INSPECTOR DE FAIXA DE DOMÍNIO PL	1	0,00
INSPECTOR DE FISCALIZACAO II	3	0,00
INSPECTOR DE FISCALIZACAO III	12	0,00
INSPECTOR DE FISCALIZACAO IV	9	0,00
LABORATORISTA I	1	0,00
MOTORISTA II	1	0,00
SECRETARIA JR	1	0,00
SUPERINTENDENTE DE INVESTIMENTOS	1	0,00
SUPERVISOR DE MANUTENCAO	1	0,00
TECNICO DE MANUTENCAO II	12	0,00
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO PL	3	0,00
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO SR	1	0,00
TECNICO DE SISTEMAS II	3	0,00
TOPOGRAFO	2	0,00
TOTAL DEMAIS ÁREAS	194	0,01
TOTAL GERAL	677	0,04

D) Dados de Operação da Concessão: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (EM R\$ MIL)

Receita	Em 2024	Acumulada
	1.632.946	12.784.812

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (EM R\$ MIL)

Investimentos	Em 2024	Acumulada
	916.318	7.795.663

Custos Operacionais (em R\$ Mil)

Custos Operacionais	Em 2024	Acumulada
	1.369.618	11.829.313

ISS Repassados (em R\$ Mil)

ISS	Em 2024	Acumulada
	41.829	481.934

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – São José dos Pinhais-PR	Bidirecional	5,2	10,4	7,8	15,6	10,4	20,8	26	31,2	2,6
P2 – Garuva-SC	Bidirecional	5,2	10,4	7,8	15,6	10,4	20,8	26	31,2	2,6
P3 – Araquari-SC	Bidirecional	5,2	10,4	7,8	15,6	10,4	20,8	26	31,2	2,6
P4 – Porto Belo-SC	Bidirecional	5,2	10,4	7,8	15,6	10,4	20,8	26	31,2	2,6
P5 – Palhoça-SC	Bidirecional	5,2	10,4	7,8	15,6	10,4	20,8	26	31,2	2,6

Concessionária em Números

Dados anuais e por empresa

Quilômetros de rodovia	KM	
	405,6	
Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	53.176.657	66,6%
CAT-02	4.591.277	5,7%
CAT-03	439.704	0,6%
CAT-04	4.538.225	5,7%
CAT-05	103.182	0,1%
CAT-06	3.639.739	4,6%

continua ...

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.748.496	–	1.748.496	(127.071)	1.621.425
Prejuízo do exercício	–	–	–	(422.627)	(422.627)
Aumento de capital	1.620.724	(225.052)	1.395.672	–	1.395.672
Destinações do resultado líquido:					
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(7.058)	(7.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.369.220	(225.052)	3.144.168	(556.756)	2.587.412
Prejuízo do exercício	–	–	–	(655.977)	(655.977)
Aumento de capital	524.000	27.000	551.000	–	551.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.893.220	(198.052)	3.695.168	(1.212.733)	2.482.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa			Nota explicativa	
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo do exercício	(655.977)	(422.627)			
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	402.989	190.703			
Provisão para perdas esperadas	922	267			
Redução ao valor recuperável	635.380	722.423			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.334)	(201.969)			
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(4.222)	(4.070)			
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	59.436	75.178			
Juros e variações monetárias de debêntures	130.657	35.134			
Despesa (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	12.400	11.283			
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.439	15.591			
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.299	2.577			
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	53.205	71.308			
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber	(5.145)	(14.530)			
Contas a receber – partes relacionadas	(54)	(2)			
Despesas antecipadas	(1.217)	2.973			
Impostos a recuperar	(30.076)	5.326			
Outros créditos	106	(149)			
Depósitos judiciais	(203)	3.498			
Outras contas a receber	3.748	6.381			
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	(9.225)	35.076			
Fornecedores – partes relacionadas	(268)	1.021			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível. A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes em Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR – 101/km 220-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceiras faixas. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da Publicação em Diário Oficial da União. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2024 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$52.463 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$412.816 (R\$1.231.513 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$685.706 (R\$716.437 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem ‘Momento de reconhecimento do ativo intangível’ da nota explicativa nº 3. Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta-“TAC” com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment):** A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas pro-

porções, gerando uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$635.380 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$722.423 em 31 de dezembro de 2023), registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12. **Termos de Ajustes de Conduta – TAC com ANTT:** A Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras. **Repactuação:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas aos temas divulgados acima.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) **Julgamentos Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) **Estimativas Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa		
	31/12/2024	31/12/2023	
Receitas			
Receita de serviços prestados	21	836.443	735.401
Receita de serviços de construção	21	790.468	1.290.487
Outras receitas		10.185	7.975
Juros capitalizados	23	180.715	333.810
		1.817.811	2.367.673
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(49.597)	(45.771)
Custo dos serviços de construção	22	(790.468)	(1.290.487)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(658.555)	(747.704)
Custo da concessão		(21.295)	(20.128)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(53.205)	(71.308)
Outros		(10.355)	(20.228)
		(1.583.475)	(2,195,626)
Valor Adicionado Bruto		234.336	172.047
Depreciações e Amortizações		(402.989)	(190.703)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)		(168.653)	(18.656)
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	23	7.124	24.884
Outros		2	(17)
		7.126	24.867
		(161.527)	6.211
Valor Adicionado Total a Distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		44.342	44.243
Benefícios		10.554	9.946
FGTS		2.444	2.456
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		117	(133.313)
Estaduais		21	8
Municipais		41.880	36.855
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		130.657	35.135
Juros capitalizados debêntures		115.003	198.457
Aluguéis		316	335
Outras		23.968	24.185
Juros		59.436	75.178
Juros capitalizados sobre debêntures privadas		65.712	135.353
Integralização de capital			
Prejuízo do exercício		(655.977)	(422.627)
		(161.527)	6.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos respectivos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entraram em vigor as seguintes alterações dos CPC’s: • Alterações ao CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido no demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”). • Alterações ao CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de concessão com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando *continua ...*

arteris

Litoral Sul

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante:** A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 12. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis como vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O

imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Debêntures:** As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. **4.19 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estima-

tiva de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20 Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis O IFRS 18 substituirá o CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". b) Outras normas contábeis Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	9.041	10.541
Aplicações financeiras (a)	16.659	16.836
Total	25.700	27.377
Aplicações financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos (b)	4.364	3.362
Total	4.364	3.362

a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,74% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,34% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	41.401	–	37.704	–
Cupons de pedágio a receber (a)	366	–	629	–
Cartões de pedágio a receber (b)	260	–	830	–
Receitas acessórias a receber (c)	1.271	3.645	2.634	3.747
Outras receitas a receber	5	107	6	108
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.189)	–	(267)	–
Total	42.114	3.752	41.536	3.855

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, oleodutos e gasodutos. (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade provisionou para perdas esperadas o montante de R\$922 (R\$267 em 31 de dezembro de 2023).

Cronograma de recebimento:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	41.694	3.752	35.474	3.855
Créditos vencidos até 60 dias	77	—	315	—
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	67	—	138	—
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	276	—	103	—
Créditos vencidos há mais de 181 dias	1.189	—	5.773	—
	43.303	3.752	41.803	3.855

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. Impostos a Recuperar – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	650	461
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	77
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	2.442	2.445
	3.092	2.983
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	223	514
Outros	884	896
	1.107	1.410
Total geral	4.199	4.393
Total do circulante	4.199	4.393
	4.199	4.393

Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o lucro (c)

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes. (b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores. (c) Antecipação de imposto de renda e contribuição social que poderá ser compensado nos próximos 12 meses. **8. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(688.311)	(583.770)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	234.026	198.482
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	–	2.400
Outras diferenças permanentes	(1.542)	242
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(200.150)	(39.981)
Total	32.334	161.143
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	–	(40.826)
Diferido	32.334	201.969
	32.334	161.143

Alíquota efetiva de impostos (5%) (28%)
(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – Saldos patrimoniais estão representados por

Provisão de participação nos lucros	4.824	5.354
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	17.394	29.586
Outras provisões	1.406	832
Provisão para manutenção de rodovias	145.045	137.269
Amortização acumulada de obras futuras	6.054	3.878
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	8.755	6.949
		<i>continua ...</i>

continua ...

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

arteris
Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Movimentos de resultados representados por:	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	1.649	2.067	Prejuízo fiscal e base negativa	127.199 (51.564)
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	1.331.214	781.038	Provisão de participação nos lucros	(530) (38)
Provisão para perdas esperadas	1.189	267	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(12.192) 12.014
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.784.092	1.106.603	Outras provisões	575 (1.023)
Alíquota nominal	34%	34%	Provisão para manutenção de rodovias	7.776 24.848
Total	606.591	376.245	Amortização acumulada de obras futuras	2.176 1.796
<u>Diferenças temporárias passivas</u>			Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.806 1.975
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(114.283)	(114.283)	Arrendamentos	(418) 1.033
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	62.734	56.442	Valor Recuperável de Intangível – Impairment	550.176 716.029
Estorno de capitalização de juros	108	108	Provisão para perdas esperadas	922 267
Amortização estorno de capitalização de juros	(48)	(42)	Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	– (2)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(51.489)	(57.775)	Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	6.292 6.290
Alíquota nominal	34%	34%	Amortização estorno de capitalização de juros	(6) (6)
Total	(17.506)	(19.644)	Base de cálculo diferenças temporárias	683.776 711.619
Total do imposto de renda e contribuição social	589.085	356.601	Alíquota nominal	34%
Impostos diferidos não constituídos	240.131	39.981	Total	232.484 241.950
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	348.954	316.620	Impostos diferidos não constituídos	200.150 39.981
			Total do imposto de renda e contribuição social	32.334 201.969
			Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.	

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

10. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2023	19.885	2.652	1.270	17.957	33	3.224	45.011
Reversurações	—	1.794	1.401	16.025	24	—	19.254
Saldo em 31/12/2024	19.885	4.446	2.671	33.982	57	3.224	64.265
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17)	(719)	(29.259)
Amortização	(4.338)	(1.996)	(270)	(12.782)	(20)	(266)	(19.672)
Saldo em 31/12/2024	(16.257)	(4.016)	(688)	(26.948)	(37)	(985)	(48.931)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2023	7.966	632	852	3.791	6	2.505	15.752
Saldo em 31/12/2024	3.628	430	1.983	7.034	20	2.239	15.334
Taxas de amortização – a.a.	22%	45%	10%	38%	35%	8%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2022	18.722	2.606	1.232	11.048	–	2.255	35.863
Remensurações	1.163	46	38	6.966	1	912	9.126
Adições	–	–	–	–	22	–	22
Transferências/reclassificações	–	–	–	(57)	–	57	–
Saldo em 31/12/2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23	3.224	45.011
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(7.741)	(540)	(187)	(2.185)	–	(453)	(11.106)
Amortização	(4.178)	(1.480)	(231)	(11.981)	(17)	(266)	(18.153)
Saldo em 31/12/2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17)	(719)	(29.259)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2022	10.981	2.066	1.045	8.863	–	1.802	24.757
Saldo em 31/12/2023	7.966	632	852	3.791	6	2.505	15.752
Taxas de amortização – 31/12/2022	21%	56%	18%	67%	74%	8%	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se à locação de veículos administrativos. (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas à conservação de rodovias. (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se à locação de sedes administrativas e terrenos.

11. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (b)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2023	10.768	6.848	2.259	405	3.128	329	–	23.737
Adições	27	819	38	46	81	–	–	1.011
Transferências/reclassificações (a)	–	–	–	–	(37)	–	–	(37)
Saldo em 31/12/2024	10.795	7.667	2.297	451	3.172	329	–	24.711
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2023	(2.557)	(3.906)	(1.120)	(396)	(1.905)	(241)	–	(10.125)
Depreciação	(997)	(1.064)	(231)	(16)	(211)	–	–	(2.519)
Saldo em 31/12/2024	(3.554)	(4.970)	(1.351)	(412)	(2.116)	(241)	–	(12.644)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2023	8.211	2.942	1.139	9	1.223	88	–	13.612
Saldo em 31/12/2024	7.241	2.697	946	39	1.056	88	–	12.067
Taxas de depreciação – a.a.	10%	18%	15%	10%	10%	20%		

	Imobilizado em andamento (a)	Imobilizado em andamento (b)	Total
Custo do imobilizado			
Saldo em 31/12/2022	9.052	1.172	21.917
Adições	66	478	1.820
Transferências/reclassificações	1.650	(1.650)	—
Saldo em 31/12/2023	10.768	—	23.737
Depreciação acumulada			
Saldo em 31/12/2022	(1.668)	—	(7.694)
Depreciação	(889)	—	(2.431)
Saldo em 31/12/2023	(2.557)	—	(10.125)
Imobilizado líquido			
Saldo em 31/12/2022	7.384	1.172	14.223
Saldo em 31/12/2023	8.211	—	13.612
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	10%

(a) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. (b) Imobilizado em andamento, referiu-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. Obras concluídas em 2023, ocorrendo a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

12. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível em construção (d)	Infraestrutura	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2023	2.785.517	(787.432)	12.374	20.505	2.030.964	4.801.007	6.831.971
Adições	330.476	–	1.529	131	332.136	635.026	967.162
Transferências/reclassificações	5.390.151	–	–	(7.650)	5.382.501	(5.382.464)	37
Redução ao valor recuperável (b)	–	(635.380)	–	–	(635.380)	–	(635.380)
Outros (e)	2.514	–	909	–	3.423	–	3.423
Saldo em 31/12/2024	8.508.658	(1.422.812)	14.812	12.986	7.113.644	53.569	7.167.213
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(1.076.057)	6.394	(9.189)	–	(1.078.852)	–	(1.078.852)
Amortização	(464.134)	–	(1.868)	–	(466.002)	–	(466.002)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	–	85.204	–	–	85.204	–	85.204
Outros (e)	(1.763)	–	(2)	–	(1.765)	–	(1.765)
Saldo em 31/12/2024	(1.541.954)	91.598	(11.059)	–	(1.461.415)	–	(1.461.415)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2023	1.709.460	(781.038)	3.185	20.505	952.112	4.801.007	5.753.119
Saldo em 31/12/2024	6.966.704	(1.331.214)	3.753	12.986	5.652.229	53.569	5.705.798
Taxas de amortização – a.a. (g)	6%	6%	41%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2022	2.573.015	(65.009)	10.732	107.960	2.626.698	3.389.265	6.015.963
Adições	135.048	–	1.642	10.714	147.404	1.391.027	1.538.431
Transferências/reclassificações	77.454	–	–	(98.169)	(20.715)	20.715	–
Redução ao valor recuperável (b)	–	(722.423)	–	–	(722.423)	–	(722.423)
Saldo em 31/12/2023	2.785.517	(787.432)	12.374	20.505	2.030.964	4.801.007	6.831.971
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(900.645)	–	(8.088)	–	(908.733)	–	(908.733)
Amortização	(175.412)	–	(1.101)	–	(176.513)	–	(176.513)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	–	6.394	–	–	6.394	–	6.394
Saldo em 31/12/2023	(1.076.057)	6.394	(9.189)	–	(1.078.852)	–	(1.078.852)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	1.672.370	(65.009)	2.644	107.960	1.717.965	3.389.265	5.107.230
Saldo em 31/12/2023	1.709.460	(781.038)	3.185	20.505	952.112	4.801.007	5.753.119
Saldo em 31/12/2023 – 2022 (g)	37.090	(115.929)	541	12.545	(226.753)	4.411.742	645.889

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais.

terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se a provisão da desvalorização de ativos (*impairment*). (c) Os adiantamentos referem-se majoritariamente às obras remanescentes do Contorno Viário de Florianópolis, qual foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024. (d) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgar-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas: duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especial, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. O Contorno Viário de Florianópolis foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024, transferindo respectivo andamento para operação, o que impactou a amortização em R\$102.851 no exercício. (e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade. (f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo da concessão. (g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade complementou o montante de R\$180.715 (R\$333.810 em 31 de dezembro de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao principal das dívidas, em 2024 foi de 0,99% a.a. e em 2023, 1,86% a.a., do total de juros provisionados no exercício. **Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*):** A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024, acordo com os requisitos do CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeção considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas e também as melhorias futuras previstas no contrato de concessão conforme estimativa apresentada na nota explicativa nº 2, abordando aspectos relacionados aos benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 4,02% em 2025, 3,84% em 2026 e 3,51% de 2027 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 9,07% em 31 de dezembro de 2024 (8,75% em 31 de dezembro de 2023). A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$635.380 em 31 de dezembro de 2024 (R\$722.423 em 31 de dezembro de 2023). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

13. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
10ª emissão					
– 1ª série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	2.089.612	1.990.831
10ª emissão					
– 2ª série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	252.235	252.553
				<u>2.341.847</u>	<u>2.243.384</u>
			Custo de transação	(55.520)	(63.342)
			Total	2.286.327	2.180.042
			Circulante	89.524	20.865
			Não circulante	2.196.803	2.159.177
			Total	2.286.327	2.180.042

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Não			Não		
Moeda local	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial	29.367	2.214.017	2.243.384	29.603	2.127.319	2.156.922
Juros provisio- nados	148.476	97.184	245.660	146.893	86.698	233.591
Pagamento de juros	(147.197)	—	(147.197)	(147.129)	—	(147.129)
Transferência	67.466	(67.466)	—	—	—	—
	98.112	2.243.735	2.341.847	29.367	2.214.017	2.243.384

Custo de transação	(8.588)	(46.932)	(55.520)	(8.502)	(54.840)	(63.342)
Saldo final	<u>89.594</u>	<u>2.196.222</u>	<u>2.286.227</u>	<u>89.265</u>	<u>2.152.177</u>	<u>2.199.242</u>

Série	emissão	nominal	Data na integralização	Valor integralizado
10ª emissão 1ª série	15/10/2021	1.754.020	1.000	1.754.020
10ª emissão 2ª série	15/10/2021	245.980	1.000	245.980
		2.000.000		2.000.000

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	132.838
2027	292.784
2028	370.748
2029	430.409
Após 2029	1.016.956

2.243.735

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirogratária da concessionária Litoral Sul no valor de R\$2.000.000,00. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R\$1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R\$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.. As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento); (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Divida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	—	entre 2021-2023
4,0	—	em 2024
3,5	—	em 2025
3,0	—	em 2026
2,5	—	em 2027
2,0	—	entre 2028-2029
1,0	—	entre 2030-2031

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro

continua ...

Arteris

Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta a média ponderada de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
INICIAL	31/12/2023	–	0,00%	–	3.503.155.555	3.503.155.555
Ata AGE	26/03/2024	280	76,50%	655.000.000	4.158.155.555	501.092.896
FINAL	31/12/2024	366		655.000.000	–	4.004.248.451
Média ponderada (em milhares)						4.004.248

26. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Mensu- Nível	ração (*)	31/12/2024		31/12/2023	
			Con- tábil	Valor Justo	Con- tábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	25.700	25.700	27.377	27.377
Aplicações financeiras	Nível 2	1	4.364	4.364	3.362	3.362
Contas a receber – clientes	Nível 2	2	42.114	42.114	41.536	41.536
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	3.216	3.216	3.162	3.162
Adiantamento a fornecedores	Nível 2	2	20.670	20.670	20.538	20.538
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	39.864	39.864	25.315	25.315
Outros Créditos	Nível 2	2	4.310	4.310	4.654	4.654
			140.238	140.238	125.944	125.944
Passivo						
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	1.085.565	1.085.565	979.190	979.190
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	42.745	42.745	40.130	40.130
Debêntures (a)	Nível 2	1	2.341.847	2.205.404	2.243.384	2.524.956
Fornecedores e cau-ções contratuais	Nível 2	2	85.637	85.637	173.744	173.744
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.364	1.364	1.305	1.305
Outras contas a pagar	Nível 2	2	27.743	27.743	17.750	17.750
Arrendamento mer-cantil a pagar (b)	Nível 2	1	16.609	16.609	17.839	17.839
			3.601.510	3.465.067	3.473.342	3.754.914

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amor-tizado (a) Vide nota 12 (b) Não é escapeo do CPC 48.

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são clas-sificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instru-mentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%
Receita de aplicações financeiras	5.750	7.188	8.626	4.313
Juros a incorrer – Mútuos e Debên-tures privadas (*)	(172.650)	(212.843)	(253.037)	(132.456)
Juros a incorrer – Debêntures	(74.874)	(85.090)	(95.305)	(64.659)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(241.773)	(290.745)	(339.716)	(192.802)
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
IPCA	4,96%	6,20%	7,44%	3,72%
Juros a incorrer – Debêntures	(337.167)	(365.267)	(393.368)	(309.066)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(337.167)	(365.267)	(393.368)	(309.066)
Juros a incorrer líquido	(578.940)	(656.012)	(733.084)	(501.868)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras

Fluxo de caixa contratuais				
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos
Arrendamento mercantil a pagar	10,97%	16.609	18.030	4.225
Partes relacionadas	14,42%	1.085.565	1.085.565	–
Debêntures – CDI (b)	14,42%	252.235	312.474	–
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	2.089.612	2.534.713	58.512
Fornecedores e cauções contratuais		85.637	85.637	44.846
Fornecedores partes relacionadas		11.034	11.034	11.034
Outras contas a pagar		27.743	27.743	–
		3.568.435	4.075.196	146.360

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

28. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como explo-ração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total

de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplimentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$41.401 (R\$37.704 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A., decor-rentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) **Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liqui-dez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$611.712 (R\$422.627 em 31 de dezembro de 2023). E, em 31 de dezembro de 2024, seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$202.302 (R\$254.898 em 31 de dezembro de 2023). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	10,97%	16.609	18.030	4.225	10.163	885	601	2.156
Partes relacionadas	14,42%	1.085.565	1.085.565	–	–	–	1.057.308	–
Debêntures – CDI (b)	14,42%	252.235	312.474	–	–	39.483	226.079	46.912
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	2.089.612	2.534.713	58.512	56.351	146.668	874.501	1.398.681
Fornecedores e cauções contratuais		85.637	85.637	44.846	40.791	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		11.034	11.034	11.034	–	–	–	–
Outras contas a pagar		27.743	27.743	–	–	–	–	–
		3.568.435	4.075.196	146.360	107.305	187.036	2.158.489	1.447.749

ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	211.273

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram de R\$90.842 e de R\$85.232, respectivamente.

Diretoria

Álison de Almeida Freire Diretor Presidente	Antônio César Ribas Sass Diretor Superintendente	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer de Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Cesar Lindgren Costa Diretor de Engenharia
---	--	---	--	---

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro	Flavia Lucia Mattioli Tâmega – Conselheira	Roberto Paolini – Conselheiro	Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7
---	---	--------------------------------------	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assun-tos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contá-beis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacio-nados à concessão:** Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.7 e 12 das demonstrações contábeis: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC’s) às quais esses ativos estão alocados. A deter-minação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, desconto a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como signifi-cativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas pre-missas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*cor-porate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC’s foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informa-ções relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.9 e 8 das demonstrações contábeis: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis imposto de renda e contri-

buição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$348.954 mil. Os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros pre-parados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela adminis-tração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divul-gações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em con-junto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a respon-sabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsá-vel pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsá-vel pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Res-ponsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audita-ria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, inde-pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi-mentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar-mos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade opera-cional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divul-gações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações signifi-cativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacio-namentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independên-cia, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circuns-tâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 26 de fevereiro de 2025.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP
Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP 293.539/O-8

